



TERMO DE REFERÊNCIA

Unidade Requisitante: Secretaria Municipal de Administração
Processo Administrativo nº 2564/2026
Anexo nº 1822
Documento de Formalização da Demanda nº 3043

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Banner e Adesivagem para atender a demanda das Secretarias e Departamentos desta Municipalidade por Pregão, em forma Eletrônica, conforme condições, quantidades, exigências e especificações discriminadas em Edital, Termo de Referência e seus demais anexos integrantes.

1.2. Segue especificação:

Participação	Lote	Ordem	Item - Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máximo Unit. (R\$)	Valor Máximo Total R\$
AMPLA	Lote 1	1	106582 - ADESIVO PERFURADO COM IMPRESSÃO DIGITAL (APLICADO)	M²	650	128,47	83.505,50
AMPLA	Lote 2	1	106584 - PLACA DE PVC COM 2 MM DE EPSESSURA ADESIVADO, COM FITA DUPLA FACE EM VERSO PARA A FIXAÇÃO QUANDO SOLICITADO	M²	800	201,12	160.896,00
AMPLA	Lote 3	1	106585 - PLACA EM ACM COM 3 MM DE ESPESSURA, COM ESTRUTURA METÁLICA GALVANIZADA DE SUSTENTAÇÃO E FIXAÇÃO, DEVIDAMENTE INSTALADA	M²	550	497,28	273.504,00
AMPLA	Lote 4	1	109764 - SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE PELÍCULA PROTETORA (INSUFILM DE USO PROFISSIONAL) PARA JANELAS, NA TONALIDADE G5, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL.	M²	600	137,17	82.302,00
ME/EPP/MEI	Lote 5	1	106581 - ADESIVO VINIL COM IMPRESSÃO DIGITAL (APLICADO)	M²	600	133,29	79.974,00
ME/EPP/MEI	Lote 6	1	106583 - BANNER IMPRESSÃO DIGITAL COM ACABAMENTO EM ILHÓS OU MADEIRA COM AMARRAS	M²	400	123,68	49.472,00
AMPLA	Lote 7	1	106586 - ADESIVO ENVELOPAMENTO - IMPRESSÃO COLORIDA - APLICAÇÃO DIVERSAS EM CARROS DO MUNICÍPIO - DURABILIDADE MINIMA DE 1 ANO - ADESIVO 0,08 MM - ESPECIAL PARA VEÍCULOS DO MUNICÍPIO, DEVIDAMENTE APLICADO	M²	600	155,93	93.558,00
AMPLA	Lote 8	1	305910 - LETREIROS EM PVC EXPANDIDO 20MM COM PINTURA AUTOMOTIVA AUTO BRILHO COM FONTE E TAMANHO A DEFINIR PELA REQUISITANTE, DEVIDAMENTE INSTALADO	M²	300	1.456,69	437.007,00

1.3. A opção recai por Pregão Eletrônico e justifica-se pelo objeto encontrar-se em conformidade ao Artigo nº 29, da Lei nº 14.133/2021.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, em atendimento ao contido no art. 20 da Lei nº 14.133/21.

2. DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÕES

2.1. O prazo de vigência contratual será de 12 (Doze) meses, contados da data de assinatura de contrato, e poderá ser prorrogado, por igual período, a partir de mútuo acordo entre as partes.



2.1.1 Em caso de aditivo de prorrogação de contrato, o índice utilizado para o reajuste contratual será o IPCA.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação tem por finalidade atender às necessidades contínuas de comunicação visual, identificação institucional, sinalização e divulgação das ações desenvolvidas pela Administração Municipal, abrangendo todos os departamentos, secretarias e unidades vinculadas ao Município.

3.2. Os serviços de confecção de banners, adesivagem em geral, placas diversas, instalação de películas de controle solar (insulfilm) e letreiros de fachada são essenciais para garantir adequada identificação dos prédios públicos, veículos oficiais, setores administrativos, campanhas institucionais, programas governamentais, eventos, ações educativas e demais atividades promovidas pelo Poder Público Municipal.

3.3. A comunicação visual constitui importante instrumento de transparência, orientação e aproximação entre a Administração Pública e a população, possibilitando maior organização dos espaços públicos, padronização visual dos ambientes institucionais e ampla divulgação de informações de interesse coletivo.

3.4. Além disso, a demanda pelos referidos serviços ocorre de forma frequente e variável entre os diversos departamentos municipais, considerando a necessidade de atualização de informações, substituição de materiais desgastados, implantação de novos projetos, realização de campanhas educativas, eventos comemorativos, ações de conscientização e adequações estruturais em prédios e espaços públicos.

3.5. A contratação de empresa especializada visa assegurar a execução dos serviços com qualidade técnica, padronização, agilidade e fornecimento adequado de materiais, garantindo maior eficiência administrativa e melhor atendimento às demandas institucionais do Município.

3.6. A contratação decorre da necessidade permanente da Administração Municipal em manter e ampliar os serviços de comunicação visual e identificação institucional utilizados pelos diversos departamentos públicos. Os materiais e serviços a serem contratados serão utilizados para:

- Identificação de prédios públicos, salas, departamentos, setores e espaços municipais;
- Confecção de placas informativas, orientativas, educativas e de sinalização;
- Produção de banners, faixas, adesivos e materiais gráficos para campanhas institucionais e educativas;
- Divulgação de programas, ações, projetos e eventos promovidos pelo Município;
- Adesivagem de veículos oficiais, equipamentos e ambientes públicos;
- Instalação de películas insulfilm em prédios públicos, visando controle térmico, redução da incidência solar, privacidade e melhoria das condições de trabalho;
- Confecção e instalação de letreiros de fachada para identificação visual de unidades públicas;
- Atendimento das demandas de eventos, ações de conscientização, atividades culturais, educacionais, esportivas e administrativas.

3.7. Considerando que tais demandas são comuns e necessárias em praticamente todos os setores da Administração Pública Municipal, torna-se indispensável a contratação de empresa especializada para fornecimento e execução dos serviços, de forma contínua e conforme a necessidade da Administração, garantindo padronização, qualidade, economicidade e eficiência no atendimento das demandas públicas.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO SERVIÇO



4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se detalhada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de referência.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

5.1.1. Não será admitida a subcontratação do objeto;

5.2. Obrigações das partes:

5.2.1. Do Contratado

Abster-se de subcontratar o objeto da presente licitação;

5.2.1.1. Designar, formalmente, um representante, no ato da assinatura do Contrato, com poderes para operacionalizar a avença, assumindo o gerenciamento de todas as atividades inerentes ao seu fiel cumprimento;

5.2.1.2. Acatar as recomendações da fiscalização do Contratante, facilitando a ampla ação desta, com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimento porventura solicitado;

5.2.1.3. Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução do objeto e prestar os esclarecimentos necessários;

5.2.1.4. Manter durante a execução do serviço, as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente procedimento licitatório.

5.2.1.5. Entregar o serviço em devidas condições, devendo promover a sua substituição, imediatamente a partir da notificação do Município de Marialva – PR, quando:

5.2.1.6.1. Não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência para a devida execução do serviço;

5.2.1.6. Não transferir, sob nenhum pretexto, sua responsabilidade para terceiros;

5.2.1.7. Considerar que a ação da fiscalização do Contratante não exonera o Contratado de suas responsabilidades firmadas;

5.2.1.8. Arcar na íntegra com as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus ao Contratante;

5.2.1.9. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do Município de Marialva – PR;

5.2.1.10. Comunicar ao Contratante qualquer anormalidade de caráter urgente referente ao fornecimento do serviço e prestar os esclarecimentos cabíveis;

5.2.1.11. Acatar as orientações do Município de Marialva – PR, emanadas pelo fiscal do contrato, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando na íntegra os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

5.2.2. Da Contratante

5.2.2.1. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo Contratado, desde que relacionados ao serviço pactuado.

5.2.2.2. Exigir o cumprimento na íntegra das obrigações assumidas pelo Contratado de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

5.2.2.3. Receber o objeto no prazo e condições pactuados.

5.2.2.4. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes em Termo de Referência, Edital e demais atos para fins de aceitação e recebimento definitivo.

5.2.2.5. Rejeitar os serviços executados em desacordo com as especificações contidas em Termo de Referência, Edital e Contrato.

5.2.2.6. Comunicar ao Contratado, formalmente, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço executado, para que seja substituído, reparado ou corrigido no prazo predeterminado pelo Contratante. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Prestador, por meio dos fiscais do Termo de Contrato designados neste Termo de Referência.



5.2.2.7. Efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente à execução do serviço, no prazo e na forma estabelecidos em Termo de Referência, Edital e Contrato.

5.3. Infrações e Sanções

5.3.1. **Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que**

5.3.2. **der causa à inexecução parcial do contrato;**

5.3.3. **der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;**

5.3.4. **der causa à inexecução total do contrato ou pela recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela contratante**

5.3.5. **ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;**

5.3.6. **apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato**

5.3.7. **praticar ato fraudulento na execução do contrato**

5.3.8. **comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;**

5.3.9. **praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.**

5.3.10. **Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:**

5.3.11. O descumprimento das disposições contidas neste Termo de Referência e/ou contratuais sujeita o PRESTADOR às seguintes sanções administrativas:

5.3.11.1. Advertência

5.3.11.2. Multa

5.3.11.3. Impedimento de contratar com o Município de Marialva – PR

5.3.11.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até sua reabilitação perante autoridade que aplicou a penalidade);

5.3.11.5. descredenciamento do sistema de registro cadastral

5.3.12. As sanções previstas nesse documento poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa. (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.3.13. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica o CONTRATADO obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (Quinze) dias, contados da comunicação oficial.

5.3.14. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo CONTRATADO ao Município de Marialva – PR, esse será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

5.3.15. As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório e ampla defesa ao CONTRATADO.

5.3.16. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (Quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação. (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.3.17. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas aplicáveis, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o Contratante, pelo prazo máximo de 03 (Três) anos.

5.3.18. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações cabíveis, bem como pelas infrações administrativas previstas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, nesses casos a duração observará o prazo previsto no (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021).

5.3.19. A fixação de multas compensatórias ou moratórias não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar, caso o valor do dano seja superior ao valor da



multa aplicada. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados. (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.3.20. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.3.21. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (Trinta) dias, a contar da datado recebimento da comunicação enviada pela Autoridade Competente.

5.3.22. Na aplicação das sanções serão considerados (a rt. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

5.3.23. a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto;

5.3.24. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

5.3.25. os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

5.3.26. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

5.4. Severidade

5.4.1. As sanções de advertência e multa serão aplicadas conforme a graduação a seguir:

-Grau de Severidade Leve (L1) = advertência;

-Grau de Severidade Moderado (M1, M2 e M3) = aplicação de Multas:

M1 = multa de 0,1% (Zero vírgula um por cento) do valor total a receber pelo serviço executado por diade inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação;

M2 = multa de 0,3% (Zero vírgula três por cento) do valor total a receber pelo serviço executado por diade inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação;

e M3 = multa de 0,5% (Zero vírgula cinco por cento) do valor total a receber pelo serviço executado por diade inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação.

-Grau de Severidade Grave (G1 e G2) = aplicação de sanção:

G1 = multa de 0,7% (Zero vírgula sete por cento) do valor total a receber pelo serviço executado por diade inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e

G2 = Rescisão contratual cumulada com multa de 10% (Dez por cento) a 20% (Vinte por cento) sobre o valor total a receber pelo serviço executado.

O grau de severidade inicial da pena será determinado considerando a conduta e a primariedade ou a reincidência do CONTRATADO, conforme tabela a seguir:

CONDUTAS ITEM		Ocorrência e reincidência					
		Grau de severidade					
		Leve	Moderado			Grave	
		L1	M1	M2	M3	G1	G2
1	O cumprimento irregular de cláusulas estabelecidas em Termo de Referência, especificações ou prazos.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez



2	<u>O não cumprimento de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos, ou pela recusa injustificada em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela Contratante.</u>		1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez
3	A paralisação do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
4	Atraso injustificado do início da execução do serviço de prestação de serviço ou de fornecimento de bens.		1ª vez				
5	Não manter, durante toda a execução do Contrato, as mesmas condições da habilitação.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
6	Apresentar documento falso ou fazer declaração falsa.						1ª vez
7	Agir em desconformidade legal na relação pactuada.						1ª vez
8	Abandonar a execução do Contrato.						1ª vez
9	Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o Contrato.						1ª vez
10	Criar embaraços ou deixar de prestar informações que possam contribuir com o processo de fiscalização.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
11	Deixar de entregar a documentação exigida no Termo de Referência.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
12	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada ou recusar-se a apresentar documentos complementares relacionados à sua habilitação, (documentação fiscal, documentação trabalhista e/ou documentação previdenciária), quando solicitado, ou, ainda, perder as condições de habilitação exigidas.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez

5.4.2. O rol das infrações descritas na tabela acima não é exaustivo, não excluindo a aplicação de outras sanções previstas em lei.

5.4.3. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço.

5.4.4. Em caso de atraso ou não cumprimento de obrigação, a severidade inicial da sanção será



elevada a cada 05 (Cinco) dias úteis, caso a obrigação não seja devidamente adimplida, implicando a cumulação das graduações da(s) sanção(ões) aplicada(s) (L1 + M1 + M2 + M3 + G1 + G2), excetuadas as penas de multas específicas.

5.4.5. No caso de atraso por mais de 30 (Trinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 20% (Vinte por cento) do valor a receber pelo Contratado, fica facultado ao Município de Marialva — PR rescindir unilateralmente o Contrato.

5.5. Moratória

5.5.1. Moratória de 0,5% (Cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, para todo o período de atraso, no caso de atraso injustificado na entrega dos produtos, limitada a incidência de 30 (Trinta) dias. O atraso superior a 30 (Trinta) dias autorizará a Administração a promover o cancelamento do Contrato.

5.5.2. O valor máximo da multa será equivalente a 30 (Trinta) dias corridos de atraso. A partir deste momento, além da multa, aplica-se o impedimento de licitar e contratar, podendo, à critério da Administração Municipal, configurar inexecução total da obrigação assumida, culminando na rescisão do contrato.

5.5.3. Moratória de 2% (Dois por cento) por dia, sobre o valor total do Contrato, em caso de atraso injustificado no início da execução da Previsão Contratual, superior a 5 (Cinco) dias úteis, limitada a incidência a 10 (Dez) dias úteis. A multa está limitada a 10% (Dez por cento) do valor total do Contrato.

5.5.4. Após o décimo dia útil e a critério da Administração Municipal, nos casos de atrasos injustificados no início da execução da Previsão Contratual, poderá ocorrer a não aceitação, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial do contrato.

5.5.5. Compensatória de 2% (Dois por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida.

5.5.6. Compensatória de 5% (Cinco por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, ou pela recusa injustificada em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela Contratante.

5.5.7. Compensatória de 5% (Cinco por cento) sobre o valor total da contratação, nos casos de rescisão contratual por culpa do Contratado.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

6.1. A execução dos serviços será em conformidade com a demanda apresentada junto as Secretarias Municipais e demais Departamentos desta municipalidade de Marialva – PR.

6.2. A execução dos serviços será parcial e deverá ser efetivada em até 10 (dez) dias, contados a partir da data de ciência por parte da contratada da emissão da Solicitação de Despesa, Nota de Autorização de Despesa (NAD) e/ou Nota de Empenho no local indicado pela contratante.

6.3. Os produtos deverão ser entregues obrigatoriamente em dias úteis, nos seguintes horários disponíveis para recebimento: 8h às 11h – 13h30min às 16h30min.

6.4. Todos os locais de entrega estão localizados dentro da cidade de Marialva, inclusive os seus respectivos distritos e comunidades rurais (São Miguel do Cambuí, Aquidaban, São Luiz, Jacanã e Santa Fé do Pirapó), podendo ser fracionada em mais de um ponto da cidade para a mesma Solicitação de Despesa, NAD e/ou Nota de Empenho, desde que especificado o fracionamento no respectivo documento.

6.5. Todas as entregas serão realizadas mediante recebimento provisório, ou seja, a contratante terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da mercadoria, essa devidamente informada pelo recebedor na respectiva nota fiscal/fatura juntamente com a sua assinatura, para avaliar e conferir os produtos entregues às exigências constantes em Termo de Referência, em Edital e Contrato.

6.6. O recebimento das mercadorias será realizado pelos fiscais de contrato e/ou servidores técnicos indicados previamente pela unidade requisitante.

6.7. As avaliações e conferências da mercadoria recebida durante o recebimento provisório pela unidade requisitante, visando à garantia de prestação das obrigações, proceder-se-ão na seguinte



forma:

6.8. O objetivo da avaliação é garantir ao Município de Marialva a qualidade mínima exigida do produto licitado.

6.9. Os critérios da avaliação serão: qualidade; segurança; e durabilidade do produto.

6.10. Os métodos da avaliação serão: a análise, medições, testes de qualidade, o uso/consumo, a comparação física do produto às exigências previstas no descritivo editalício; conferência das certificações apresentadas, quando solicitadas no Termo de Referência, mediante validação de autenticidade perante o instituto ou órgão competente.

6.11. Se durante a avaliação e conferência a unidade requisitante constatar que a mercadoria não está em conformidade às exigências editalícias e/ou apresenta algum defeito de fabricação, a mesma será recusada.

6.12. Os produtos recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da ciência da notificação apresentada à contratada pela contratante.

6.13. A não substituição no prazo previsto na seção anterior resultará na aplicação imediata das multas moratórias previstas nas sanções deste Termo de Referência.

6.14. O Município de Marialva aceitará até 01 (uma) substituição por Solicitação de Despesa, NAD e/ou Nota de Empenho da mercadoria em desacordo às exigências editalícias e/ou com defeito de fabricação, limitada também a 01 (uma) substituição para o mesmo item durante toda a execução contratual.

6.15. Será caracterizado o recebimento definitivo, quando a mercadoria estiver em conformidade às exigências editalícias, contados os 05 (cinco) dias úteis do seu recebimento provisório.

6.16. A garantia dos materiais devem seguir o Código de Defesa do Consumidor.

6.17. **Será de responsabilidade da empresa vencedora, comparecer ao local onde será realizado o serviço para tirar as medidas, sempre quando solicitado pelo setor competente.**

7. RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO DO SERVIÇO

Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
Evandro Mandadori	Secretário Municipal de Comunicação	10507

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, sendo que cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. São indicados para a fiscalização:

8.2.1. – Gestor de Contrato:

Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
Daiane Rebeca de Aquino Calheiros	Gestora de Contratos	3160

8.2.2 – Fiscais de Contrato

Titular:

Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
Evandro Mandadori	Secretário Municipal de Comunicação	10507

Suplente:

Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
Osvaldo Sigles Junior	Jornalista	4565



9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. O serviço será recebido provisoriamente, de forma sumária, nos termos Alínea A, do Inciso I, do Artigo nº 140, da Lei 14.133/2021 no ato do recebimento do serviço, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.2. O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser adequado imediatamente, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3. O serviço será rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser reparado imediatamente, a partir da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.4. No caso de controvérsia sobre a execução do serviço, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do objeto.

9.6. Liquidação

9.6.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 30 (Trinta) dias corridos para fins de liquidação.

9.6.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do Contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do serviço;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.6.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

9.6.4. A Contratante fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá comprovação dos recolhimentos exigidos na mesma norma;

9.6.4.1. O Prestador deverá, caso se aplique, obrigatoriamente, destacar junto à Nota Fiscal o valor referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte, para efeito de procedimento de retenção pela Administração Municipal, em conformidade ao Decreto Municipal nº 8402/2023, em consonância à Instrução Normativa nº 2145/2023 emitida pela Receita Federal do Brasil, devidamente, amparada em decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), obedecendo as alíquotas estabelecidas.

9.6.5. O pagamento será precedido de consulta prévia para comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação.

9.6.6. Na hipótese de irregularidade de habilitação, o Prestador deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 15 (Quinze) dias, sob pena de aplicação das sanções contratuais rescisão do Contrato.

9.6.7. O pagamento efetuado pelo Município de Marialva – PR não isenta o PRESTADOR de suas obrigações e responsabilidades.



9.6.8. O pagamento será efetivado em até 30 (Trinta) dias após a liquidação da despesa por meio de crédito na conta corrente do fornecedor, informada em sua proposta comercial, na fase de habilitação do procedimento licitatório.

9.6.9. É vedado ao Contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do Contrato.

9.6.10. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo Município de Marialva — PR, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data desse vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (Meio por cento) ao mês, ou 6% (Seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

- $I = (TX / 100) / 365$
- $EM = I \times N \times VP$, onde:
- I = Índice de atualização financeira;
- TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
- EM = Encargos moratórios;
- N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela em atraso.

9.7. Forma de pagamento

9.7.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

9.7.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.7.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.7.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.7.5. O Prestador regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM, onde a opção por item, obedecendo os valores máximos unitários

10.2 Lote nºs 01, 02, 03, 04, 07 e 08 não atenderão ao disposto no Inciso III, do Artigo nº 48 da Lei Complementar nº 123/2006, coadunando-se ainda com as uniformização e padronização na execução dos serviços demandados, sendo que os mesmos efetuados por único prestador mitiga os riscos de inconsistências no âmbito da execução contratual, contribuindo para presteza e eficácia na execução integral dos serviços necessários, adjetivos estes que poderiam apresentar-se deficientes, se executados por diversos prestadores.

10.3 Com relação aos Lotes nºs 05 e 06, estes, em conformidade ao Inciso I, do Artigo nº 48, da Lei Complementar nº 123/2006, serão exclusivos a participação de MEI, EEP e ME.

10.3.1 Ainda, com fulcro no § 3º do Artigo nº 48 da Lei Complementar nº 123/2006, para os Lotes nºs 05 e 06, o presente procedimento licitatório dará prioridade local de contratação para MEI, EPP e ME.

10.3.2 Entendendo-se Local: os limites geográficos da municipalidade de Marialva – PR, inclusas suas regiões distritais e demais comunidades.

10.3.3 Cabe notar que, de acordo com Relatório CNAE anexo, aferiu-se acentuado número de fornecedores instalados em âmbito local, com capacidades técnicas e operacionais para prover a referida prioridade.



10.4. **Exigências de habilitação**

10.4.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os requisitos a seguir.

10.4.1.1. Documentos relativos à **habilitação jurídica**:

10.4.1.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.4.1.1.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.4.2. No caso de Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.4.3. No caso de sociedade estrangeira em funcionamento no país: Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.4.4. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.5 **Documentação complementar:**

10.5.1 Declaração Unificada, em conformidade ao conteúdo anexo.

10.5.2 Para o fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/21;

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DE CONTRATAÇÃO

11.1. O valor máximo para a presente contratação é da ordem de R\$ 1.260.218,50 (Um milhão duzentos e sessenta mil duzentos e dezoito reais e cinquenta centavos) em conformidade ao Demonstrativo de Formulação de Preços, com precificação apurada através da discrepância de 20% sobre o menor valor obtido, anexo ao Processo Administrativo nº 2564/2026.

11.2. Os orçamentos foram efetuados pela Plataforma Banco de Preços.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Marialva – PR, com dotações orçamentárias aditadas no Processo Administrativo nº 2564/2026.

Marialva, 14 de maio de 2026.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

O princípio do planejamento é um dos pilares da Lei 14.133/2021 e tem como objetivo assegurar que, os procedimentos licitatórios e os contratos públicos sejam conduzidos de forma mais eficiente e transparente.

Para tanto, a supracitada lei estabelece uma série de regras e procedimentos que devem ser, cuidadosamente, observados na fase de planejamento da contratação pública, dentre elas a obrigatoriedade da elaboração de estudos técnicos preliminares para todas as contratações públicas, destacando-se assim a importância do princípio do referido planejamento.

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade de identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A Administração Municipal possui demanda contínua por serviços especializados de comunicação visual e sinalização, indispensáveis ao adequado funcionamento das atividades administrativas e ao atendimento das necessidades operacionais dos diversos departamentos e secretarias municipais.

A utilização dos itens é necessária para assegurar a correta identificação dos espaços públicos, promover orientação ao público, divulgar campanhas e programas governamentais, bem como atender ações institucionais, educativas, culturais, esportivas e administrativas realizadas pelo Município.

Os serviços também são essenciais para garantir padronização visual dos ambientes públicos, fortalecimento da identidade institucional e melhoria na comunicação entre o Poder Público e a população, contribuindo para maior transparência e acessibilidade das informações de interesse coletivo.

A contratação se justifica ainda em razão da necessidade de execução dos serviços de forma parcelada e conforme demanda, considerando que as solicitações surgem ao longo do exercício em quantidades variáveis, conforme criação de novos projetos, eventos, campanhas, adequações estruturais, substituição de materiais deteriorados e manutenção da sinalização existente.

Dessa forma, verifica-se a necessidade de contratação de empresa especializada, com capacidade técnica e operacional para fornecimento, confecção e instalação dos materiais e serviços demandados, garantindo qualidade, eficiência, padronização e atendimento adequado às necessidades da Administração Municipal.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

As condições e exigências estão descritas de forma específica em Termo de Referência, em consonância ao Inciso III, do § 1º do Artigo nº 18, da Lei 14.133/2021.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A quantidade estimada para a contratação pretendida fora parametrizada para prover a demanda junto as Secretarias Municipais e demais Departamentos desta municipalidade de Marialva – PR considerando o valor disponível para contratação.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para a presente contratação, aferiu-se uma elevada gama de prestadores com capacidade técnica para atender de formas segura e eficaz a demanda apresentada pelo Município de Marialva – PR.



6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

O custo total da contratação é de R\$ 1.260.218,50 (Um milhão duzentos e sessenta mil duzentos e dezoito reais e cinquenta centavos) conforme custo apostado em conteúdo anexo ao Processo Administrativo nº 2564/2026. Nota-se que, a precificação para a presente contratação encontra-se balizada, a partir da discrepância de 20% do menor valor apurado, conforme Demonstrativo de Formulação de Preços anexo ao referido processo administrativo.

As cotações foram efetuadas e pela Plataforma Banco de Preços.

7. JUSTIFICATIVA PARA A APLICABILIDADE DOS BENEFÍCIOS PRECONIZADOS PELO INCISO I, DO ARTIGO Nº 48, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006.

Para fins de atendimento do conteúdo proposto pelo Inciso I, do Artigo nº 48, da Lei Complementar nº 123/2006, o qual prevê: “deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$80.000,00 (oitenta mil reais)”; o presente procedimento será exclusivo a participação de ME e EPP nos lotes 5 e 6.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de comunicação visual, compreendendo a confecção, fornecimento e instalação de banners, placas diversas, adesivagem em geral, películas de controle solar (insulfilm) e letreiros de fachada, conforme demanda da Administração Municipal.

A contratação deverá contemplar o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, transporte e demais insumos necessários à execução completa dos serviços, garantindo que os itens sejam entregues e instalados em condições adequadas de uso, observando padrões de qualidade, durabilidade, acabamento e segurança.

Os serviços serão executados de forma parcelada, conforme a necessidade dos departamentos municipais, permitindo atendimento contínuo das demandas relacionadas à identificação de espaços públicos, sinalização, campanhas institucionais, divulgação de eventos, padronização visual e demais ações administrativas desenvolvidas pelo Município.

A solução busca proporcionar maior eficiência na comunicação institucional da Administração Pública, assegurando melhor organização visual dos ambientes públicos, fortalecimento da identidade institucional e melhoria na divulgação das informações de interesse coletivo.

Além disso, a adoção de contratação única para atendimento das diversas demandas relacionadas à comunicação visual possibilita maior padronização dos materiais utilizados, otimização dos procedimentos administrativos, economicidade nas contratações e melhor gerenciamento da execução contratual.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a presente contratação, a Administração Municipal pretende alcançar resultados que proporcionem maior eficiência, organização e qualidade na comunicação visual dos órgãos públicos, bem como melhor atendimento às demandas institucionais dos diversos departamentos municipais.

Entre os principais resultados pretendidos, destacam-se:

- Melhor identificação visual dos prédios públicos, setores, departamentos, veículos e espaços municipais;
- Padronização da comunicação visual utilizada pela Administração Municipal;
- Maior eficiência na divulgação de campanhas, programas, ações institucionais e eventos promovidos pelo Município;
- Ampliação do acesso da população às informações de interesse público, por meio de materiais visuais adequados e de fácil compreensão;
- Atendimento ágil e contínuo das demandas dos diversos departamentos municipais;



- Melhoria na sinalização e orientação em ambientes públicos;
- Conservação e modernização da identidade visual institucional do Município;
- Redução de contratações isoladas e emergenciais, proporcionando maior planejamento e economicidade;
- Garantia de materiais e serviços com qualidade técnica, durabilidade e acabamento adequado;
- Maior eficiência administrativa por meio da centralização e padronização dos serviços relacionados à comunicação visual.

Com isso, busca-se assegurar que as ações desenvolvidas pela Administração Municipal sejam executadas com melhor organização visual, eficiência na comunicação institucional e adequado suporte às atividades públicas realizadas em benefício da população.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Não aplicável.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Os serviços pretendidos não possuem contratações correlatas e/ou interdependentes.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

A execução dos serviços relacionados à confecção de banners, placas, adesivagem, instalação de películas insulfilm e letreiros poderá gerar alguns impactos ambientais, principalmente em razão da utilização de materiais sintéticos, tintas, adesivos e resíduos provenientes da produção e instalação dos itens.

Dentre os possíveis impactos ambientais, destacam-se:

- Geração de resíduos sólidos oriundos de recortes, sobras de materiais, embalagens, películas, lonas, adesivos, chapas e demais insumos utilizados na confecção e instalação dos serviços;
- Possível descarte inadequado de materiais plásticos e resíduos químicos, caso não sejam observadas práticas corretas de destinação final;
- Utilização de tintas, solventes e adesivos que podem causar impactos ambientais se manuseados ou descartados de forma inadequada;
- Consumo de energia elétrica durante os processos de produção, impressão e confecção dos materiais;
- Emissão de resíduos provenientes da substituição de placas, adesivos e materiais deteriorados já existentes nos prédios e espaços públicos;
- Possível geração de resíduos recicláveis, como papel, plástico, PVC, acrílico, alumínio e materiais similares.

Como forma de mitigação dos impactos ambientais, a futura contratada deverá adotar boas práticas ambientais durante a execução dos serviços, incluindo:

- Destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados;
- Separação de materiais recicláveis sempre que possível;
- Utilização de materiais e insumos de qualidade, visando maior durabilidade e redução de descarte frequente;
- Observância das normas ambientais aplicáveis quanto ao armazenamento, transporte e descarte de resíduos;
- Adoção de procedimentos que reduzam desperdícios de materiais durante a execução dos serviços.

Dessa forma, os impactos ambientais decorrentes da contratação são considerados de baixo potencial, podendo ser adequadamente controlados mediante adoção de práticas corretas de execução e destinação dos resíduos gerados.



PREFEITURA
Marialva
Cuidando da nossa gente



13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Diante de todo o exposto, esta Unidade Requisitante entende que a requerida contratação é enfática para o devido cumprimento às ações pertinentes a legislação em vigor.

14. ANÁLISE DE RISCO

Os riscos que poderiam afetar este procedimento de contratação estão mitigados pelos instrumentos do Termo de Referência e futuro Edital de Licitação.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 9DD7-1A5A-18CF-9EEB

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



THIAGO YUDI SAKATA (CPF 048.XXX.XXX-42) em 21/05/2026 15:08:47 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



BRUNA ANGELICA VICENTE INACIO (CPF 072.XXX.XXX-95) em 21/05/2026 16:19:31 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://marialva.1doc.com.br/verificacao/9DD7-1A5A-18CF-9EEB>